

Sistema de Governo

Preferência do povo é por 4 anos, diz Egídio

O relator da Comissão de Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), disse ontem que "na consciência popular estão os quatro anos para o presidente Sarney e que um mandato de cinco ou seis anos é outorgar o futuro ao impasse".

Apesar de pessoalmente defender quatro anos para o atual presidente, Egídio não quis adiantar qual será sua decisão sobre o assunto, mas garantiu que irá fixar o mandato de Sarney nas disposições transitórias do seu substitutivo, apesar da Comissão de Sistema Eleitoral ter idêntica pretensão.

Segundo o deputado, um mandato de transição como o de Sarney nunca deve ser longo. Ele alertou para o vazio de poder a que o país estará sujeito depois que acabar a Assembleia Constituinte caso não seja convocada eleição presidencial após a elaboração da nova Constituição. Ele acha, no entanto, que a decisão sobre o mandato do presidente deverá ocorrer com o andamento da Cons-

Zanetti ironiza fala do ministro

Porto Alegre — O presidente do Tribunal Federal de Recursos, ministro Lauro Leitão, está no grupo dos "direitistas, conservadores e reacionários, que tentam submeter a Assembleia Nacional Constituinte aos seus interesses". A acusação foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo deputado federal Hermes Zanetti (PMDB-RS), ao condenar a declaração do ministro Lauro Leitão de que a Constituinte não tem competência para alterar a duração do mandato do presidente José Sarney.

Hermes Zanetti chegou a ironizar o posicionamento do presidente do Tribunal Federal de Recursos, comentando que ele já fica prejudicado até por declarações anteriores do ministro: "A estar certo S. Excia, nós teríamos inclusive que tirar o presidente José Sarney do cargo, porque quando o presidente Tancredo Neves não pôde assumir, Lauro Leitão disse que quem tinha de assumir era o presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães".

Enquadrando o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Santana, no mesmo grupo de "direitistas, reacionários e conservadores" que tentam manipular a Constituinte, o deputado Hermes Zanetti afirmou que a continuidade das suas pressões indica que a nova Carta "poderá ser melhor que a trágica aprovação dos relatórios das Subcomissões. Eles percebem que esse processo ainda pode ser revertido".

Carta Magna movimentou os catarinenses

Florianópolis — A ação catarinense pró-Constituinte e Constituição espera colher até o dia 16 de junho, 30 mil assinaturas, nos 199 municípios do estado, na campanha "muna-se do seu título de eleitor e venha assinar a proposta catarinense".

A ação para a Constituição pretende pressionar os constituintes a assumirem as propostas apresentadas pelos catarinenses após debates ocorridos em todos os municípios.

A coordenadora do Centro de Acompanhamento e Avaliação na Constituinte, Sidneia de Oliveira, lembra que foi deflagrado um processo que atingirá as 21 microrregiões do estado, com a participação da Associação dos Licenciados, prefeituras, fundações educacionais e Secretaria da Educação.

Povo atua na Assembleia, afirma Lézio

"Ao chegarmos ao fim da primeira fase dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, desenvolvida pelas 24 subcomissões podemos assegurar que a participação popular na elaboração da futura Carta Magna foi bastante expressiva e, em muitos casos, decisiva".

A análise foi feita em Brasília, pelo deputado Lézio Sathler (PMDB/ES). Em seu entender, se for feita uma avaliação rápida dos anteprojetos aprovados, «vemos que a sociedade brasileira teria muito a ganhar, em vários setores da vida nacional, se estes fossem os textos definitivos».

O deputado disse, também, que a participação da população deve ser ainda maior, para corrigir algumas distorções, «preliminarmente aprovadas no âmbito das subcomissões encarregadas da Ordem Econômica e Financeira e dos Transportes e Questões Urbanas».

tituinte e será definido em razão do momento político e econômico que estiver atravessando o país.

Parlamentarista

A seu ver, a grande tarefa da Constituinte é a de dotar o Brasil de um sistema de governo avançado — "por aí passa tudo". Ferreira Lima é defensor de um sistema parlamentarista, com a possibilidade da dissolução da Câmara dos Deputados e a instituição do voto de confiança para os ministros, sem distinção entre militares e civis.

"Independentemente de ser militar ou não, a partir do momento que se distingue entre este ou aquele ministro cria-se dois governos", definiu o deputado. Ele assinalou ainda que um sistema misto não pode ir ao ponto de desfigurar o regime político, seja parlamentarista ou presidencialista. Egídio Ferreira Lima acha que somente o parlamentarismo poderá formar partidos fortes e valorizar os quadros técnicos do governo.

Sistematização

Reunião aprova o regimento interno

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte aprovou ontem, em reunião matutina realizada no plenário do Senado, o seu regimento interno, que vai disciplinar os trabalhos de discussão do anteprojeto do relator Bernardo Cabral e, em seguida, do projeto de Constituição a ser oferecido ao exame do plenário.

A reunião, que durou pouco mais de três horas, só não conseguiu votar três destaques requeridos para votação em separado de emendas oferecidas ao substitutivo do relator. E já foi marcada para quinta-feira às 9 horas, uma nova reunião destinada a concluir o trabalho.

Foram aceitas as 21 emendas com parecer favorável do relator, que não alteram em muito o texto do regimento proposto aos membros da comissão.

O regimento hoje acolhido estabelece que a comissão realizará três reuniões semanais. As terças, quartas e quintas, sempre às 9 horas, além de outras extraordinárias, convocadas pelo seu presidente, senador Afonso Arinos, ou requeridas por um terço dos membros. Contudo, apesar desse calendário, quando não houver na pauta material constitucional, projeto de decisão ou projeto de resolução sobre consulta plebiscitária, a comissão se limitará a apenas uma reunião, às quartas-feiras.

O projeto de Constituição, principal matéria da Comissão

O relator Egídio Ferreira Lima já tem em mãos as 1.454 emendas apresentadas aos anteprojetos aprovados nas subcomissões pertencentes à Comissão de Sistema de Governo e que são o ponto de partida para elaboração do seu substitutivo. Ao todo, foram apresentadas 7.305 emendas nas oito Comissões Temáticas da Constituinte. A Comissão de Sistema de Governo recebeu o maior número de emendas, seguida da Comissão de Ordem Social, com 1.282. A Comissão da Ordem Eleitoral recebeu apenas 499 sugestões.

● **Agenda** — A Comissão de Sistema de Governo reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar os pareceres do relator, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), sobre a proposta do líder do PDS, deputado Amaral Netto, de substituição de relator vencido em Subcomissões Constitucional e do vice-líder do PT, deputado José Genólio, relativa à representação proporcional de partidos políticos nas Comissões Constitucionais.



Bernardo Cabral

de Sistematização, será discutido em dois turnos, um antes de a matéria ser enviada ao plenário e outro, já com emendas, logo a seguir, no prazo de 10 dias. O plenário, ao votar o projeto em segunda discussão, terá possibilidade de apresentação apenas de emendas supressivas ou destinadas a sanar omissões, erros ou contradições. A Comissão de Sistematização terá, então, o prazo de 10 dias para novo exame do relator.

Após essa tramitação, a Comissão de Sistematização ainda terá uma nova oportunidade de examinar a matéria, para redigir o seu texto final, em 5 dias, três deles para o relator.

Constituinte já tem o seu jornal semanal

Começou a circular ontem em Brasília o **Jornal da Constituinte**, semanário de 16 páginas destinado à divulgação das atividades da Assembleia Nacional Constituinte e que, neste primeiro número, rodou com um suplemento, também de 16 páginas, com as fotos de todos os senadores e deputados.

Além de noticiário informativo das comissões e subcomissões, o jornal publica dois artigos assinados, um do presidente da Constituinte,



Lucena assina artigo

deputado Ulysses Guimarães, e outro do presidente do Congresso Nacional, Humberto Lucena.

Em seu artigo, Ulysses faz uma avaliação dos trabalhos até aqui realizados pela Constituinte e lança um convite ao povo em geral para que participe dos trabalhos de elaboração da futura Carta. Também o senador Humberto Lucena faz referências à primeira etapa dos trabalhos desenvolvidos no âmbito das subcomissões. Segundo o senador, "o Legislativo, a julgar pelas versões preliminares do futuro texto, voltará a ser um poder em condições de imprimir as linhas do desenvolvimento do país". Ainda de acordo com Lucena, o documento em elaboração "não está indiferente às graves distorções do desenvolvimento brasileiro", para assinalar que "o instrumento mais coerente com os reclamos do povo será votado pela Constituinte".

O **Jornal da Constituinte**, impresso no Centro Gráfico do Senado, terá semanalmente uma tiragem de 40 mil exemplares, para distribuição, de acordo com o Regimento Interno da Constituinte aos sindicatos, prefeituras, câmaras de vereadores, universidades e quem mais solicitar.

Deputado defende os programas de moradia

O deputado Ivo Cersosimo (PMDB/MS) afirmou ontem que é necessário restabelecer o equilíbrio no mercado de moradia. E para que isso aconteça, deve ser firmado um princípio constitucional para que a canalização do FGTS seja feita, unicamente, para a construção de casas para os trabalhadores.

O deputado Ivo Cersosimo argumenta que é preciso construir, principalmente, casas de baixo custo, para compensar o número existente, que ficará para o mercado de aluguel. «Não poderá haver negociação enquanto a ponta de força está nas mãos dos proprietários».



Comissões dão balanço das emendas

Até às 18 horas de ontem, a Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação, da Constituinte, havia recebido 710 emendas apresentadas pelos constituintes. Mas o prazo já até às 24 horas e a comissão esperava receber um total de aproximadamente 1.000 emendas.

A Comissão da Família é a única que estava recebendo emendas ainda ontem. Seu prazo, que vencia às 24 horas 2ª feira, foi prorrogado devido à publicação, com erro, do avulso do anteprojeto da subcomissão de Comunicação. Uma proposta do constituinte Pompeu de Souza (PMDB-DF), deixou de ser incluída no anteprojeto. A descoberta de erro obrigou à remuneração de todas as demais propostas. Daí a prorrogação de 24 horas.

As demais comissões já forneceram, ontem, o balanço final do número de emendas recebidas. Como se esperava, o maior movimento de entrega de emendas aconteceu 2ª feira e foi intenso até os últimos instantes do prazo. Faltava 1 minuto para a meia-noite quando o deputado Domingos Leonelli (PMDB-BA) chegou à Comissão da Ordem Econômica para encaminhar um lote de emendas. Computadas essas emendas, a comissão registrou um total de 1.106 emendas apresentadas.

A Comissão da Ordem Social totalizou 1.282 emendas. Em apenas 12 horas (do meio-dia à meia-noite de 2ª feira), a comissão recebeu nada menos do que 1.148 emendas. As restantes foram entregues nos quatro dias anteriores. O deputado Cunha Bueno foi um recordista e apresentou mais de cem emendas.

Pouca divergência

A comissão que menos emendas recebeu foi a de Organização Eleitoral, partidária e de Garantia das Instituições: 488. Mas quase todas foram apresentadas 2ª feira. O deputado Prisco Viana, relator da comissão, atribuiu o número relativamente reduzido de emendas ao fato de a legislação eleitoral suscitar poucas divergências entre os constituintes.

O maior número de emendas ficou com a comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo — justamente uma das mais polêmicas na fase das subcomissões. A comissão recebeu 1.454 emendas e os constituintes deixaram quase todas para o último momento. Segunda-feira foram encaminhadas 1.122 emendas, contra 332 nos quatro dias anteriores. O senador Virgílio Távora, que se interessa muito pelas questões ligadas aos sistemas de governo, apresentou o maior número de emendas. Nilson Gibson, Jorge Hage, Vivaldo Barbosa e Vilson Souza foram os deputados que mais se interessaram em emendar os anteprojetos procedentes das três subcomissões ligadas a esse tema.

Temas econômicos

O grande interesse dos constituintes por temas econômicos fez com que a comissão da Ordem Econômica prorrogasse para hoje, as três horas da manhã, o prazo de entrega de sugestões para a nova Constituição. No total, a comissão recebeu quase 1.200 propostas.

Esse interesse reflete o tom emocional dos parlamentares em questões como a reforma agrária, intervenção do Estado, monopólio estatal do petróleo e reserva de mercado. Em reunião realizada ontem de manhã, mais uma vez conservadores e progressistas se empenharam numa discussão sobre as vantagens e desvantagens do monopólio de petróleo.

Os conservadores não se afastam do seu ponto de vista de que, no que se refere à questão do petróleo, a Petrobrás deve atuar como empresa eficiente, enfrentando de igual para igual as empresas estrangeiras que operam na mesma área. Os progressistas, ao contrário, acham que a Constituição deve reservar para a Petrobrás todas ou quase todas as etapas da exploração do petróleo, desde a sua retirada do subsolo até a sua transformação em gasolina ou até mesmo a sua distribuição no mercado. "As empresas estrangeiras dispõem do capital e de tecnologia muito mais desenvolvidas para este setor do que a Petrobrás. Se é assim, para corrigir essa situação desequilibrada, precisamos produzir uma lei que equilibre os pesos", dizia o deputado Aldo Arantes ao explicar por que defende o monopólio amplo para o petróleo.

A grande quantidade de emendas apresentadas não significa grandes mudanças em relação aos anteprojetos oriundos das subcomissões.